



OS CORPOS CONTRASSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Rafael Contini Quirino – Mestrando do Departamento de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE; Membro do GEPCS (Grupo de estudo e pesquisa sobre o corpo e subjetividade); Membro do GPPVS (Grupo de pesquisa com populações em situação de vulnerabilidade social).

RESUMO

Ao partir da perspectiva pós-estruturalista de análises, a sexualidade pode ser considerada como um dispositivo histórico. As diferentes instituições, dentre elas as escolares, produzem discursos que pretendem legitimar o que poderá ser compreendido como “normal” no exercício do desejo. Cabe então problematizar que muito dos saberes sobre a sexualidade são pautados em uma heterossexualidade compulsória que compreende os corpos a partir do binarismo como matriz. Flexível e ajustável, a sexualidade torna-se um texto construído por códigos que tendem a naturalizá-la sob um sistema orgânico dentro da história da reprodução sexual. A patologização do prazer, a codificação dos gêneros, a categorização das identidades e orientações sexuais, nada mais são que métodos de gerenciamentos sobre o sujeito. Ao mesmo tempo em que tende a gerenciar a vivência dos prazeres a partir da ótica heterossexual, também produzirá sujeitos que transitam fora dos limites binários, classificados como anormais. Os sujeitos que compõem o polo subjugado do processo de diferenciação já não são mais tão dóceis. Esse trabalho aponta para as potencialidades de subversão de corpos que não se adéquam (e não querem se adequar) aos regimes normativos de gênero e sexualidade no contexto escolar.

Palavras-chave: Sexualidades; normalização; contrassexualidades; abjeto; escola.

INTRODUÇÃO

Frente a uma sociedade que não apresenta identidades fixas apenas, a sexualidade pode ser considerada como um dispositivo (FOUCAULT, 2010) que problematiza a ideia de uma estrutura estática e binária que evidenciaria a

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação





“essência” dos seres humanos. Todo o controle social, mecanismo para a produção de sujeitos dentro de uma determinada sociedade, foi capaz de tecer os limites deste dispositivo. Desse modo, a produção dos sujeitos passa por serem antes assujeitados por um saber-poder que transpassa seus corpos geografando-os dentro de determinadas especificidades. O corpo passa a ser objeto de tentativas discursivas de controle, sendo a sexualidade o foco para muitas intervenções regulatórias.

SEXUALIDADES, SUBVERSÃO E ESCOLA

Na perspectiva do filósofo Michel Foucault, o corpo é um instrumento plástico, moldável, estruturado por diversas tecnologias de controles que determinam o limite, o saber, o prazer e o posicionamento social do mesmo. Assim, “o corpo se constitui como peça de uma máquina multissegmentar.” (FOUCAULT, 2014, p. 162).

Segundo Foucault, uma das tecnologias de produção dos corpos pode ser denominada como poder disciplinar (FOUCAULT, 2014). A disciplina tem como objetivo incidir de formas específicas sobre os corpos para que os mesmos tornem-se eficientes para uma determinada sociedade e cultura. A partir do exercício de estratégias disciplinares, o corpo é catalogado por saberes regentes, dentre eles os saberes científicos, construídos culturalmente sob artimanhas acirradas, que buscam produzir efeitos específicos. Dessa maneira, um dos objetivos da disciplina é produzir corpos dóceis, ou seja, sujeitos úteis e suscetíveis a determinadas políticas de controle. Esse discurso disciplinar perpassa todo o indivíduo em suas particularidades e modos de ser e sua disseminação é feita por instituições.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação





Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (FOUCAULT, 2014, p. 135).

O poder disciplinar instaura uma relação de sujeição com o indivíduo, tornando-o dócil e domesticado. O corpo dócil passa a ser suscetível a processos de assujeitamento encadeados pela produção de determinados conhecimentos, dentre eles o Religioso, Científico, Jurídico, Pedagógico e Midiático. Segundo Veiga-Neto (2007) a noção de sujeito para a perspectiva foucaultiana deve ser estabelecida a partir de duas perspectivas: 1) como assujeitados, ou seja, submetidos, a determinados discursos que os constituem como sujeitos; 2) com o passar do tempo, imersos em prática discursiva, o sujeito se autocontrola sem a necessidade de estratégias externas de vigilância.

Cada contexto histórico social produziu sua verdade sobre os corpos e estas exerceram seus efeitos. Toda forma de conhecimento gera técnicas de controle, assim o saber traz consigo uma marca de poder sobre outrem. O saber nunca é puro, não há naturalidade no conhecimento, ele estará inserido em um contexto de poder, em uma determinada cultura e para determinados fins.

Dentro destas estratégias de saber-poder, a produção de conhecimento com status de ciência passa a legitimar determinadas formas de controle sobre os corpos. Alguns saberes são constituídos como lócus doutrinário em meio a tantos outros saberes que são desqualificados. Para Foucault, quando se legitima determinados conhecimentos como científicos, pode-se questionar: Quais tipos de saber querem desqualificar no momento em que dizem ser esse saber uma ciência? Qual vanguarda teórico-política querem entronizar, para destacá-la de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas de saber? (FOUCAULT, 2005). Torna-se visível que tais saberes “científicos” são aportes para determinarem toda a forma de sujeito. Com isso, vê-se que a ideia de sujeito, nada mais é que uma construção social, uma arquitetura do poder regente, que condiciona, controla e produz.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação





Com o passar dos séculos, o discurso foi aperfeiçoado para que se produzissem corpos cada vez mais cristalizados sob um saber-poder. Como o poder também é exercido sobre o corpo individual, a sexualidade, ou a verdade sobre o sexo, torna-se uma importante tática de controle. A sexualidade é a grande matriz para a produção destes corpos que são reconhecidos dóceis, e aparece como dispositivo de produção de corpos heteronormativos, ou seja, sujeitos subjetivados sob a ótica heterossexista. O objetivo do poder sobre a sexualidade foi gerar uma produção específica de conhecimento sobre o sujeito, cujo efeito era a construção do ideal de reprodução da espécie de complementaridade entre os gêneros dentro do binarismo imposto (macho-fêmea). Dessa maneira, ser sexuado significa se sujeitar a regulamentação social, restringindo o próprio desejo do indivíduo e reduzindo a sexualidade a genitalização procriadora.

Essa lógica de gerenciamento sobre a sexualidade é construída particularmente a partir da ideia da identificação da diferença anatômica dos sujeitos proposta pela noção de sexo. Ela produz um efeito de verdade sobre a vida e que, a partir dessa “verdade” sobre o corpo e a sexualidade, conduzirão suas vivências norteadas pela mesma lógica que se tornou a norma e a fronteira. O efeito de verdade regula a vida do sujeito em sua totalidade, gerenciando-o para a experiência de uma relação heteronormativa.

Para que esse efeito de verdade perpetue e fabrique a noção de sujeito é preciso configurar algumas tecnologias para o gerenciamento social. O processo disciplinar necessita de um suporte institucional que exerça essa função tecnológica. Dentro desse processo, Foucault aponta algumas instituições como, por exemplo, a escola, que perpassarão os sujeitos em sua estrutura como um todo e nas suas individualidades mais ocultas. “E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno” (FOUCAULT, 2014, p. 139).

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação





A escola é reconhecida como uma das instituições necessárias para a manutenção de uma sociedade disciplinar. É nela que o sujeito passará a maior parte de sua formação para a vida adulta (CÉSAR, 2009). A instituição escolar aparece para Foucault, como um aparato moderno de estratégias eficazes para se disseminar efeitos de verdade reconhecidos como científicos por determinados discursos. Sabe-se que esses discursos configuram também o sujeito em sua sexualidade.

Os primeiros colégios internos dos jesuítas¹ eram exemplos do exercício da construção desse corpo disciplinado. Toda prática de uma ação pedagógica normalizante, a estrutura dos quartos dos estudantes como pequenas clausuras, as salas de aulas como pequenos quartéis para a transmissão de verdade sobre o corpo, compunham um engenhoso sistema que tinha como objetivo a produção destes corpos disciplinados (FOUCAULT, 2014).

Por conseguinte, percebe-se que a escola, como uma instituição que pode pretender-se doutrinária, pode-se configurar como reprodutora do pensamento disciplinar sobre a sexualidade dos indivíduos, não apenas a partir de seus métodos pedagógicos de ensino, como também no que se refere à sua arquitetura. O efeito de verdade encontra sua eficácia não somente na produção oral e escrita de um saber-poder sobre o corpo, mas também em toda a configuração arquitetônica que o limita, codifica e configura o trânsito dos sujeitos.

Dentre as tecnologias de regulação dos corpos e sexualidades no processo de escolarização, várias disciplinas se articulam para que esse gerenciamento seja mais eficaz. Como exemplo, a pesquisa de Prado (2014), ao analisar os processos e as relações nas aulas de educação física, atesta que tal disciplina se constitui dentro de uma perspectiva heteronormativa em que se perpetua a divisão binária do gênero. Desse mesmo modo, de acordo com Silva (1999), a própria dimensão

¹ “Durante séculos, as ordens religiosas, foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grande técnicos do ritmo e das atividades regulares”. (FOUCAULT, 2014, p. 147).

Realização:

Apoio:





curricular da escola é estabelecida a partir de uma perspectiva de controle. Em suas análises, o currículo é considerado como uma estratégia de poder que vai construir determinado tipo de identidade e, quando se trabalha com a reflexão sobre a sexualidade, a identidade preconizada é pautada no ideal da heterossexualidade.

Quando se questiona o conhecimento escolar sobre o corpo que o percebe apenas em uma perspectiva biológica, instaura-se a possibilidade de buscar outros referentes para a compreensão dos sujeitos. Tal fato pode incorrer em uma ameaça a ditadura heteronormativa, que reside na cultura e no processo pedagógico (BRITZMAN, 1996; LOURO, 2013), pois, permite reconhecer a sexualidade como uma dimensão humana constituinte da vida e que não é baseada, unicamente em um princípio de complementaridade entre homem e mulher.

Cabe então problematizar que muito dos saberes sobre a sexualidade, que ganham status de currículo, são pautados em uma heterossexualidade compulsória (RICH, 2010) que compreende os corpos unicamente a partir da heterossexualidade como matriz das relações de desejo do sujeito. A heterossexualidade compulsória sempre definirá a relação heterossexual como originária de uma “potência natural” do sujeito, e que todo desejo desviante dessa natureza primeira torna-se apenas uma relação abjeta para corpos estranhos (BUTLER, 2015; LOURO, 2016). A reiteração cultural da heterossexualidade como forma legítima de relação, não permite conceber como possíveis outras possibilidades de vivência da sexualidade.

A visão binária como princípio regente do discurso sobre sexualidade e sobre o corpo, em muito, resultado da construção das teorias científicas tradicionais, se encontram presentes na educação. Essas verdades construídas sobre a sexualidade humana podem ser datadas e situadas na história. O que se pode afirmar é que não existe uma verdade neutra sobre o sexo, gênero e sobre a própria sexualidade. Nada é puro, nada é natural! Torna-se então necessário uma desconstrução desses

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação





“saberes inatos” que transcendem o discurso normativo e que aborem toda visão metafísica² sobre os corpos.

Flexível, elástico, domável e ajustável, a sexualidade torna-se um texto construído socialmente por códigos e normas que tendem a naturalizá-la sob um sistema orgânico dentro da história da reprodução sexual. A patologização do prazer, a construção e a codificação dos gêneros, a categorização das identidades e orientações sexuais, nada mais são que métodos de gerenciamentos sobre a sexualidade.

A produção de um saber que tende a constituir uma verdade sobre a sexualidade a partir da perspectiva biológica instaura um paradoxo. Ao mesmo tempo em que tende a gerenciar a vivência dos prazeres e desejos a partir da ótica heterossexual, também produzirá sujeitos que transitam fora dos limites binários impostos sobre os corpos, muitas vezes classificados como pecadores, anormais, doentes e abjetos. Essas marcações sociais, que criam fronteiras, “estão sendo constantemente produzidas e reproduzidas através de relações de poder” (SILVA, 1999. p. 88).

Todavia, os sujeitos que compõem o polo subjugado do processo de diferenciação já não são mais tão dóceis. Muito do pensamento teórico-filosófico contemporâneo aponta para as potencialidades de subversão de corpos que não se adequam (e não querem se adequar) aos regimes normativos de gênero e sexualidade. Essas atitudes encontram-se nos comportamentos desses sujeitos, em suas vestes e no modo de viverem os relacionamentos amorosos dentro da própria escola.

Os corpos abjetos estão inseridos nas instituições que produzem os discursos normativos, transitam pelos corredores da escola “apodenrando-se” de si mesmos como corpos falantes, que possuem o discurso do seu próprio desejo. Eles nem

² Metafísica se refere ao estudo de conteúdos estáticos, que possuem um suporte *a priori*. Remete a busca da essência do ser, do conhecimento de sua natureza.

Realização:

Apoio:





sempre serão aceitos pelos discursos que materializam o processo de escolarização. Todavia, mesmo em um contexto normalizador esses sujeitos, cada vez mais, reivindicam espaços para sua autorrepresentação.

É nesse contexto de subversão da ótica normalizadora sobre os corpos a partir da regulação heteronormativa que Beatriz Preciado (2015) propõe a noção de contrassexualidade. O contrato contrassexual seria a porta de entrada para a libertação da naturalização/essencialização do corpo. Como diz Preciado, “a contrassexualidade tem como tarefa identificar os espaços errôneos, as falhas da estrutura do sexo (corpos intersexuais, hermafroditas, [...], bichas, sapos, [...]), e reforçar o poder dos desvios e derivações com relação ao sistema heterocentrado”. (PRECIADO, 2015, p. 27). Para a autora, a sexualidade transcende a noção biológica da definição de órgãos genitais e sexuais, bem como a definição da heterossexualidade como norma, produtos de reprodução e definição da categorização do indivíduo para a vivência no contexto social.

Assim, cada sujeito é reconhecido apenas como um “corpo falante” (PRECIADO, 2015), capaz de produzir o discurso sobre sua autorrepresentação, seu corpo e desejo. Dessa maneira, o sujeito que fala sobre si torna-se autorizado a romper com toda naturalização imposta sobre ele. Assim, apresenta a autora:

A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros. A contrassexualidade é. Em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdade biológicas (Judith Butler, 2001). Em segundo lugar: a contrassexualidade aponta para a substituição desse contrato social que denominamos Natureza por um contrato contrassexual. No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens e mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes. Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação





a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. Por conseguinte, renunciam não só a uma identidade sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter de uma naturalização dos efeitos sociais, econômicos e jurídicos de suas práticas significantes. (PRECIADO, 2015, p. 21).

Esses corpos falantes podem também ser considerados “pós-corpos ou wittigs” (PRECIADO, 2015, p. 43), ou seja, pós-humanos. O significado de pós-humano remete a noção de superação do controle-produtivo da heteronormatividade. Sair de um contexto que engessa a sexualidade apenas como meio reprodutivo, é compreender-se como pós-humano, tornando-se protagonista de sua vida. Vê-se que em Preciado o corpo não aparece mais como um instrumento passivo a toda a tecnologia de poder, mas como um “corpo político”, capaz de questionar, subverter e reinscrever-se como possível no contexto sociocultural.

A juventude que transita os espaços escolares e vivencia em seus corpos a contrassexualidade apresentada pela autora, tende a ser lançada à margem do sistema educacional em que se encontra (CÉSAR, 2009; LOURO, 2013; PRADO, 2014). A estrutura educacional tradicional não responde a estes anseios e urgências dos “pós-humanos”, pois, os corpos abjetos são marcados, estigmatizados e rechaçados durante o processo de escolarização.

Desse modo, a partir dos argumentos apresentados, vê-se que a negação do reconhecimento dos corpos falantes produz a diferença e instaura a produção da noção de “anormalidade”. Mas, mesmo imersos em estratégias constantes de silenciamento, esses “anormais”, os corpos estranhos, constroem resistências que reverberam seus gritos e denunciam o sistema violento que gerencia muitas vidas. Seus corpos e suas performances tornam-se instrumentos de resposta política a todo discurso normalizador da ação pedagógica exercida sobre eles. E, em muitos casos, não havendo um espaço democrático para a possibilidade de diálogo nas

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação





instituições escolares, esses sujeitos transcendem o espaço escolar para poderem ser escutados e falarem.

REFERÊNCIAS

BRITZMANN, Déborah. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

BULTER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”. **Educar**. Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2010.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

PRADO, Vagner Matias do. **Entre ditos e não ditos**: a marcação social de diferenças de gênero e sexualidade por intermédio das práticas escolares da

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação





Educação Física. 2014. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual:** Práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1, 2015.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e experiência lésbica. **Bagoas**, Rio Grande do Norte, n. 5, p. 17-44, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. São Paulo: Autêntica, 1999.

VEIGA NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ABSTRACT

Starting from the poststructuralist perspective of analysis, sexuality can be considered as a historical device. The different institutions, among them the school ones, produce speeches that pretend to legitimize what can be understood as "normal" in the exercise of desire. It is possible to problematize that much of the knowledge about sexuality is based on a compulsory heterosexuality that understands the bodies from the binarism like matrix. Flexible and adjustable, sexuality becomes a text constructed by codes that tend to naturalize it under an organic system within the history of sexual reproduction. The pathologization of pleasure, the codification of genders, the categorization of sexual identities and orientations, are nothing more than methods of management over the subject. At the same time that it tends to manage the experience of pleasures from the heterosexual point of view, it will also produce subjects who travel outside the binary limits, classified as abnormal. The subjects that compose the polo subjugated of the differentiation process are no longer so docile. This work points to the potentialities of subversion of bodies that do not adhere (and do not want to fit) to normative regimes of gender and sexuality in the school context.

Keywords: Sexualities; normalization; Contrassexualities; abject; school.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação

